

**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO FLUMINENSE – PRO-IFF**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

ÍNDICE

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1
2 – BALANÇO PATRIMONIAL	3
3 – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO - DSDE.....	4
4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL - DMPLS.....	5
5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	6
6 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR.....	7
7 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018.....	8-20



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF

Campos dos Goytacazes - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi constituída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para avaliar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

1



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2020.

GWM AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – RJ Nº 5.495 – CVM Nº 11.827

MARCELO JOSÉ NEVES MENDES
CONTADOR – CRC – RJ Nº 103.066



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais (R\$))

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	764.939	1.159.633
Contas a receber	4	11.388	12.000
Outros créditos	-	-	1.900
Despesas antecipadas	-	797	1.093
Total do ativo circulante		777.124	1.174.625
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores recebíveis a longo prazo	5	13.043	11.849
Imobilizado			
Imobilizações	6	47.303	53.120
Total do ativo não circulante		60.346	64.970
TOTAL DO ATIVO		837.470	1.239.595
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	17.044	6.663
Obrigações fiscais	8	8.858	5.724
Obrigações trabalhistas	9	25.430	20.217
Total do passivo circulante		51.332	32.605
Passivo não circulante			
Contratos	10	539.303	1.020.999
Total do passivo não circulante		539.303	1.020.999
Patrimônio social			
Patrimônio social	11	10.000	10.000
Superávit (déficit) acumulado		236.834	175.991
Total do patrimônio social		246.834	185.991
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		837.470	1.239.595

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações contábeis.



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31**

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS – DSDE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em Reais (R\$))**

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas			
Receitas de custeio	12.1	436.472	302.329
Receita de projetos	12.2	342.671	264.023
Receitas parcerias - Campus Macaé	12.3	13.138	10.559
Receita de parcerias - Reitoria	12.4	246	50
Total das Receitas		792.527	576.961
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais	12.5	(205.901)	(158.128)
Honorários profissionais	12.6	(60.770)	(66.005)
Serviços técnicos especializados	12.7	(51.303)	(40.820)
Despesas de projetos	12.8	(314.260)	(329.178)
Despesas de serviços de comunicação	12.9	(3.138)	(3.499)
Despesas tributárias	12.10	(2.673)	(2.831)
Despesas de viagens e locação	-	(408)	(240)
Depreciação e amortização	6 e 12.11	(8.277)	(10.012)
Despesas apoio administrativas	12.12	(78.804)	(62.763)
Despesas parcerias - Campus Macaé	12.13	(5.626)	(6.129)
Despesas parcerias - Reitoria	12.14	(369)	(2.689)
Total das Despesas Operacionais		(731.529)	(682.294)
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		60.998	(105.333)
Receita financeira	13	1.486	2.307
Despesas financeira	13	(1.641)	(2.655)
Resultado financeiro		(155)	(349)
Superávit (Déficit) do período		60.843	(105.682)

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações contábeis.



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL - DMPLS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.000	281.673	291.673
Superávit do período	-	(105.682)	(105.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.000	175.991	185.991
Superávit do período	-	60.843	60.843
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.000	236.834	246.834

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras.



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)**

	Nota	2019	2018
Atividades Operacionais			
Supervít do exercício	-	60.843	(105.682)
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação	6	8.277	10.012
Caixa Proveniente das Operações		69.120	(95.670)
Variação (acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber	-	612	54.588
Outros créditos a receber	-	1.900	1.500
Despesas antecipadas	-	296	(51)
Valores recebíveis a longo prazo	-	(1.194)	(1.139)
Variação acréscimo (decrécimo) de passivos			
Contas a pagar	-	10.381	1.349
Obrigações fiscais	-	3.134	269
Obrigações trabalhistas	-	5.213	11.303
Total da Variação dos Ativos e Passivos Operacionais		20.342	67.819
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		89.462	(27.850)
Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	6	(2.460)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos		(2.460)	-
Atividades de Financiamento			
Aumento (redução) de convênios e contratos	10	(481.696)	(41.880)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento		(481.696)	(41.880)
Variação Líquida do Caixa		(394.694)	(69.730)
Caixa e Equivalente de Caixa			
Disponibilidades no Início do Exercício	-	1.159.633	1.229.363
Disponibilidades no Final do Exercício	-	764.939	1.159.633
Variação Líquida do Exercício		(394.694)	(69.730)

As notas explicativas elaboradas pela Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em Reais (R\$)

HISTÓRICO	2019	2018
Origens dos recursos		
Superávit (déficit) do exercício	60.843	(105.682)
Depreciação	8.277	10.012
Valores recebíveis de ativos	(1.194)	(1.139)
Total das origens dos recursos	67.927	(96.809)
Aplicação dos recursos		
Aquisição para ativo permanente	(2.460)	-
Total das aplicações	(2.460)	-
Variação do capital circulante líquido	65.467	(96.809)
Modificação no capital circulante líquido		
Ativo circulante		
Início do período	1.174.625	1.300.393
Final do período	777.124	1.174.625
Variação	(397.501)	(125.768)
Passivo circulante		
Início do período	1.053.604	1.082.562
Final do período	590.635	1.053.604
Variação	(462.968)	(28.959)
Capital circulante líquido	65.467	(96.809)

As notas explicativas elaboradas pela Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras



FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO PESQUISA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO FLUMINENSE-PRO-IFF

CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto operacional

A Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF (“Fundação”), é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada. Conforme o estatuto tem como finalidade divulgar e fomentar programas, planos, projetos e atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimentos institucional científico e tecnológico, inovação do Instituto Federal Fluminense.

Com sede e foro na comarca de Campos dos Goytacazes – RJ, instituída por pessoas físicas e jurídicas, é regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação pertinente.

Possui amparo e credenciamento no Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia e é reconhecida como de utilidade pública no município através da Lei Municipal nº 7.529/2003.

Em 30 de abril de 2008 o antigo Centro Federal de Educação Tecnológico de Campos – CEFET, atualmente Instituto Federal Fluminense – IFF, juntamente com a antiga Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Campos – Fundação CEFET, atual PRO-IFF, celebraram acordo de cooperação técnico-científico com o antigo Ministério de Obras Públicas – MINOP, atualmente Ministério de Urbanismo e Construção – MINUC, do governo angolano, tendo como interveniente pagadora a Construtora Norberto Odebrecht S.A..

Este acordo previa o desembolso de **R\$ 38.364.960**, pelo MINOP, para o cumprimento das atividades de assessoria de gestão aos centros de formação técnico-científico, no período de 03 (três) anos a contar da data do primeiro repasse financeiro realizado pelo governo angolano. Entretanto a Fundação recebeu como repasse, somente **R\$ 13.876.645**, equivalente a 36% do total acordado.

Durante o período das atividades do acordo, foram enviados ofícios ao MINOP angolano para o recebimento dos repasses em atraso, o que até o fim deste exercício não foi atendido, provocando a suspensão das atividades nos centros de formação de Angola e as viagens dos formadores e técnicos angolanos para a capacitação no Brasil.

Tendo em vista que o projeto foi interrompido com 68% das metas previstas executadas, 23% das metas foram iniciadas e, somente, 9% dessas metas não foram iniciadas, além do não atendimento, por parte do governo angolano, no sentido de firmar acordo para a formalização do término do projeto, a Fundação PRO-IFF, com anuência do IFF, vem utilizando o saldo de numerário relativo ao acordo de cooperação técnico-científico, como parte de multa prevista na sub cláusula 11.2 do acordo, para custeio de suas despesas operacionais e manutenção do quadro de funcionários administrativos.

Em reunião realizada em novembro de 2017, entre o reitor do IFF e os representantes do governo angolano, foi entregue a documentação referente ao projeto para avaliação do MINUC e posterior encerramento do projeto o mais breve possível.

Em 03 de outubro de 2019, através do Ofício nº 233/2019 do REIT/IFFLU do Sr. Jefferson Manhães de Azevedo, presidente do Conselho Deliberativo da Fundação e Reitor da instituição apoiada, foi realizado a rescisão unilateral do Termo de Cooperação Angola –Brasil e o saldo remanescentes nas contas corrente, aplicação e título de capitalização foi transferido para a conta corrente da Fundação no valor de R\$ 152. 516,12 e de R\$ 15.000,00 representando por um título de capitalização.



Em consequência da pandemia da COVID-19, provocada pelo corona vírus, o projeto Centro de Qualidade de Vida teve de ser paralisado no mês de março de 2020, por se tratar de atividades realizadas em grupo. Os demais projetos encontram-se com suas atividades realizadas à distância.

2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 11.638 de 28/12/2007 que alterou a Lei nº 6.404/76, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.”

A apresentação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela superintendência da fundação em 28/01/2020 e será apresentada para aprovação, pelo conselho de administração, em reunião ainda não agendada em consequência da pandemia de corona vírus que assola o país.

2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação opera (“moeda funcional”), que nesse caso é o Real (R\$). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

2.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores disponíveis da Fundação e dos seus projetos assim como os depósitos bancários e as aplicações financeiras que estão demonstradas pelo valor dos investimentos acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, obedecendo ao regime de competência.

2.4 – Créditos a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços estabelecidos pelo estatuto e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes dessas operações.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são classificadas no ativo não circulante.

2.5 – Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurado ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit ou déficit do exercício, nas rubricas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, no período em que ocorrerem, a menos que o



instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação, neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da fundação compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e valores recebíveis a longo prazo e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.6 – Imobilizado

Os saldos do ativo imobilizado estão representados pelos bens operacionais da Fundação, registrados pelo seu custo histórico de aquisição deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, as taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

A Fundação não elaborou estudo específico quanto a análise da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado ("impairment"), conforme exigido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio da Seção 27 – Redução ao valor recuperável de ativos, da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.255/09, pela irrelevância do saldo em relação ao seu ativo total.

2.7 – Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

2.8 – Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, além de considerar os rendimentos, os encargos e os efeitos de acordo com os índices e taxas oficiais sobre os ativos e passivos ao valor de realização, quando aplicável.

2.9 – Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a seção 7 da ITG 1000. Demonstração dos Fluxos de Caixa.. A Fundação optou por elaborar e apresentar a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados conforme demonstrativo a seguir:

	2019	2018
Bancos conta movimento - Gestora	39.608	57.567
Bancos conta movimento - Recursos de Terceiros	13.325	6.143
Aplicações financeiras de liquidez imediata	712.006	1.095.924
	764.939	1.159.633



3.1 - Bancos conta movimento – Gestora

	2019	2018
Coocefet Campos C/C 632-7 - Geral	6.368	10.237
Coocefet Campos C/C 651-3 - Unidade Macaé	4.026	16.598
Coocefet Campos C/C 2576-3 - Editora	1.068	1.258
Sicoob Fluminense C/C 10.670-4 - Protec 2018	-	27.112
Sicoob Fluminense C/C12.913-5 - Protec 2019	5	2.362
Sicoob Fluminense C/C12.737-0 - Centro de Qualidade de vida	24.421	-
Sicoob Fluminense C/C13.980-7 - Protec 2020	3.720	-
	39.608	57.567

3.2 – Banco conta movimento – Recursos de terceiros

	2019	2018
Coocefet Campos C/C 2671-9 - Projetos diversos	24	24
Coocefet Campos C/C 9066-2 - Analise microbiológica	-	38
Coocefet Campos C/C 10.011-0 - Análise Lab. de aliment.	4.054	787
Sicoob Fluminense C/C 11.668-8 - Netword Agro	-	18
Sicoob Fluminense C/C 10.839-1 - VI Petrolff	-	4.421
Sicoob Fluminense C/C 10.840-5 - VI Srhidro	-	568
Sicoob Fluminense C/C 10.874-0 - VII Enletrarte	-	287
Sicoob Fluminense C/C 11.448-0 - Gestão de empregabilidade	2.557	-
Sicoob C/C 12.416-8 - Beneficiamento de res. de rochas	3.514	-
Sicoob Fluminense C/C 12.886-4 - Semana academica de Cabo Frio - semaquiff	453	-
Sicoob Fluminense C/C 12.766-3 - Enepea	2.723	-
	13.325	6.143



3.3 – Aplicações financeiras de liquidez imediata

	2019	2018
Recursos livres		
Aplicação Banco do Brasil - geral	156.918	77.658
Aplicação Sicoob Fluminense 12.913-5 - Protec	18.722	-
	175.640	77.658
Recursos de terceiros		
Aplicação BB 68.102-4 - Angola	-	121.000
Aplicação BB 63.037-3 - Schlumberger	13.169	29.341
Aplicação BB 95.640-6 - EMBRAP II	453.703	187.166
Aplicação BB 99.093-0 Protótipo Reversa EMPRAP II	-	81.576
Aplicação BB 99.095-7 Protótipo Reversa SB	-	5.089
Aplicação BB 101.035-2 Prot. codigestor EMBRAP II	-	17.103
Aplicação BB 101.036-0 Prot. codigestor SRT	-	735
Aplicação BB 63.037-3	-	3.295
Aplicação BB 99.532-0 - integra e inova PICG	3.609	305.598
Aplicação BB 101-910-4 - Prot. Microsismico	-	57.964
Aplicação BB 101.912-0 - Prot. Microsismico	-	852
Aplicação BB 102.280-0 Prot. Robotizado EMBRAP II	-	21.326
Aplicação BB 102.281-4 - Prot. Robotizado T.R.	-	757
Aplicação Sicoob 10.881-2 - CELIF 2018	-	12.251
Aplicação BB 103.484-7 - Inst. C. Reator EMBRAP II	-	64.316
Aplicação BB 103.485-5 - Inst. C. Reator M.J	-	25.388
Aplicação BB Supremo Angola - 68.102-4	-	1.959
Aplicação BB 104.228-9 - Motores Ottolizados	-	46.745
Aplicação BB 104.229-7 - Motores Ottolizados CHP	-	20.806
Aplicação BB 104.463-x - Inst. Equip. Oxigenação EMBRAP II	11.200	-
Aplicação BB 104.464-8 - Inst. Equip. Oxigenação Biotecam	7.295	-
Aplicação BB 104.531-8 - Inst. Equip. Oxigenação Sebrae	7.013	-
Aplicação BB 108.451-8 - Plataforma Digital EMBRAP II	7.953	-
Aplicação BB 108.518-2 - Plataforma Digital Lava Ecol	17.424	-
	521.366	1.003.265
Títulos de capitalização		
Título de capitalização 68.102-4	-	15.000
Título de capitalização 14.930-6 - Geral	15.000	-
	15.000	15.000
	712.006	1.095.924

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor dos investimentos acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

4 – Contas a receber

A posição registrada nas rubricas abaixo, referem-se à prestação de serviços conforme estabelecido no Estatuto da Fundação, bem como, às notas fiscais emitidas para recebimento das parcelas dos convênios e contratos.

	2019	2018
Mensalidades gestora	-	12.000
Cientes - Terceiros (i)	11.388	-
	11.388	12.000



(i) notas fiscais emitidas para recebimento das parcelas dos convênios:

Nota Fiscal Nº	Data Emissão	Projeto	Referência	Valor (R\$)
4.972	29/10/2019	Jovem aprendiz XII - Schlumberger	outubro/2019	5.694
5.135	02/12/2019	Jovem aprendiz XII - Schlumberger	novembro/2019	5.694
-	-	-	-	11.388

5 – Valores recebíveis a longo prazo

O saldo de **R\$ 13.043**, (**R\$ 11.849**, em 31 de dezembro de 2018), apresentado nesta conta, refere-se à conta corrente aberta na Instituição SICOBB com aplicação financeira compulsória.

6 – Imobilizações

Bem	Taxa de Depreciação Anual (%)	2018	Adição	Baixa	Depreciação	2019
IMOBILIZADO						
Custo						
Instalações	-	57.600	-	-	-	57.600
Móveis e utensílios	-	36.369	-	-	-	36.369
Veículos	-	47.000	-	-	-	47.000
Máq. Equíp. e ferramentas	-	145.783	-	-	-	145.783
Computadores e periféricos	-	85.515	2.460	-	-	87.975
		372.266	2.460	-	-	374.726
Depreciação acumulada						
Instalações	10	(8.640)	-	-	(5.760)	(14.400)
Móveis e utensílios	10	(34.643)	-	-	(277)	(34.920)
Veículos	20	(47.000)	-	-	-	(47.000)
Máq. Equíp. e ferramentas	10	(144.692)	-	-	(884)	(145.576)
Computadores e periféricos	20	(84.170)	-	-	(1.356)	(85.526)
		(319.146)	-	-	(8.277)	(327.423)
Custo líquido		53.120	2.460	-	(8.277)	47.303

7 – Contas a pagar

	2019	2018
Contas a pagar	12.140	3.163
Aluguel a pagar	1.184	1.100
Outras obrigações	3.720	2.400
	17.044	6.663

8 – Obrigações fiscais

	2019	2018
Consignações vinculadas a folha de pagamento-Gestora	5.601	3.025
Consignações vinculadas a folha de pagamento-Terceiros	1.194	977
Obrigações tributárias - Gestora	1.200	1.722
Obrigações tributárias - Terceiros	863	-
	8.858	5.724



9 – Obrigações trabalhistas

	2019	2018
Obrigações trabalhistas - Gestora	22.839	17.786
Obrigações trabalhistas - Recursos terceiros	2.591	2.431
	25.430	20.217

10 – Projetos a executar

	2019	2018
Entidades nacionais	539.303	883.040
Entidades internacionais	-	137.959
	539.303	1.020.999

Projeto	2018	Entrada de recursos	(-) Aplicação de recursos	Transf. Recursos	Encerramento	(-) Folha de pgto. salários	2019
Projetos nacionais							
Serviços prestados	24	-	-	-	-	-	24
Polo Embrapil	187.166	701.091	(300.234)	(134.321)	-	-	453.703
Análise microbiológica de água	38	-	-	-	(38)	-	-
Jovem aprendiz	21.286	81.755	-	(21.481)	(81.559)	-	-
Prot. log. reversa Embrapil	86.666	442	(86.786)	-	(321)	-	-
Análise físico-químicas sensoriais e microbiológica alimento e água	787	3.450	(183)	-	-	-	4.054
Protótipo de codigestor modular	17.629	67	-	-	(17.696)	-	-
Integração e inovação p/ sustentabilidade	305.598	7.996	(309.985)	-	-	-	3.609
Jovem aprendiz Schlumberger XI	11.349	24	(7.718)	(3.656)	-	-	-
Dispositivo de monitoramento microsísmico	55.615	58.706	(112.934)	(1.082)	(249)	(56)	-
Conversation Celiff 2018	12.251	550	(12.146)	-	(656)	-	-
Netword agro	18	-	(18)	-	-	-	-
Protótipo de dispositivo robotizado	22.083	21.103	(38.203)	-	(4.984)	-	-
VI Projeto Petroiff	4.421	-	(4.421)	-	-	-	-
VI Smidro	568	30	(598)	-	-	-	-
VII Enletrarte	287	-	(287)	-	-	-	-
Instrumentação controle reator	89.703	172.472	(173.172)	(89.003)	-	-	-
Dispositivo de monitoramento remoto de motores	67.551	102.434	(166.040)	(3.945)	-	-	-
Controle de concreto Guarus - Plaza Shopping	-	75.392	(74.324)	(1.068)	-	-	-
Jovem aprendiz Schlumberger XII	-	101.071	(82.308)	5.794	-	-	24.557
Instrumentação equip. oxigenação de corpos hídrico	-	209.084	(178.221)	(7.817)	-	-	23.045
Gestão de empregabilidade - Sage	-	33.777	(31.292)	72	-	-	2.557
Polo Embrapil Sebrae	-	70.545	(61.263)	(9.282)	-	-	-
Beneficiamento de resíduos de rocha	-	18.000	(11.346)	(4.000)	-	-	2.654
Curso de formação quilombolas	-	33.838	(35.949)	2.111	-	-	-
Plataforma digital automotiva	-	42.099	(20.175)	-	-	-	21.924
III Semana acadêmica de Cabo Frio - semaquiff	-	1.542	(1.089)	-	-	-	453
XV - Enepea	-	2.743	(20)	-	-	-	2.723
	883.040	1.738.212	(1.708.712)	(267.678)	(105.503)	(56)	539.303
Projetos internacionais							
Convênio Angola / CEFET Campos (i)	137.959	58.374	-	(196.333)	-	-	-
	137.959	58.374	-	(196.333)	-	-	-
Total de projetos	1.020.999	1.796.586	(1.708.712)	(464.011)	(105.503)	(56)	539.303

(i) Refere-se ao acordo de cooperação técnico-científico, celebrado em 30 de abril de 2008 entre as partes: Instituto Federal Fluminense "IFF", antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos "CEFET", PRÓ-IFF, antiga Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Campos "Fundação CEFET Campos", Ministério de Urbanismo e Construção "MINUC", antigo Ministério das Obras Públicas "MINOP" e a interveniente pagadora, a Construtora Norberto Odebrecht S.A. "CNO". Em 03 de outubro de 2019, através do Ofício nº 233/2019 do REIT/IFFLU do Sr. Jefferson Manhães de Azevedo, presidente do Conselho Deliberativo da Fundação e Reitor da instituição



apoiada, foi realizado a rescisão unilateral do Termo de Cooperação Angola –Brasil e o saldo remanescente nas contas correntes, aplicação e título de capitalização foi transferido para a conta corrente da Fundação no valor de R\$ 152. 516,12 e de R\$ 15.000,00 representando por um título de capitalização.

11 – Patrimônio social

O patrimônio social é composto de 10 cotas de R\$ 1.000 cada uma, totalmente integralizadas por seus instituidores, no montante de **R\$ 10.000**.

O superávit do exercício de 2019, no valor de **R\$ 60.843** será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

12 – Receitas e despesas por natureza

Segue abaixo a composição das receitas e despesas operacionais da Fundação em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

12.1 - Receitas de custeio

	2019	2018
Receitas de convênio (a)	694	-
Custos operacionais (b)	248.262	302.329
Receita convênio internacional (c)	187.516	-
	436.472	302.329

(a) Nessa rubrica são registrados os valores referentes aos saldos de convênios.

(b) Nessa rubrica são registrados os valores repassados pelos convênios, conforme contrato, referente ao custo dos serviços prestados pela Fundação na execução dos mesmos.

(c) Nessa rubrica são registrados os valores repassados do convênio Angola Brasil referente ao encerramento do mesmo.

12.2 - Receita de projetos

	2019	2018
Atividades educacionais	403.481	311.453
(-) Cancelamento de matrículas	(60.810)	(47.430)
	342.671	264.023

12.3 - Receitas parcerias - Campus Macaé

	2019	2018
Cópias reprográficas	9.278	6.602
Multa biblioteca	3.860	3.957
	13.138	10.559

12.4 – Receita de Parcerias - Reitoria

O montante de **R\$ 246 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2018)** apresentado nesta conta, refere-se à edição de livros no exercício.



12.5 - Pessoal e encargos sociais

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referentes às despesas de pessoal contratados e terceirizados durante o exercício de 2019.

	2019	2018
Salários	(112.613)	(66.756)
13º salário	(9.836)	(4.282)
Férias funcionários	(8.821)	(5.213)
Diárias	(1.206)	(2.639)
Previdência social - INSS	(35.700)	(19.891)
Fundo de garantia - FGTS	(12.220)	(6.224)
Pis s/ folha de pagamento	(1.324)	(726)
Indenização e aviso prévio	(8.181)	(3.228)
Remuneração de pessoal sem vínculo empregatício	(16.000)	(49.170)
	(205.901)	(158.128)

12.6 - Honorários profissionais

	2019	2018
Gratificação de desempenho	(43.400)	(43.400)
Serviços contábeis	(10.200)	(11.900)
Serviços pessoa física	-	(2.515)
Previdencia social - INSS	(7.170)	(8.190)
	(60.770)	(66.005)

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referentes às despesas de pessoal terceirizados durante o exercício de 2019.

12.7 - Serviços técnicos especializados

	2019	2018
Conservação de equipamentos	(168)	(450)
Conservação de instalações	(135)	(3.234)
Serviços de advocacia	(34.500)	(20.637)
Serviços de auditoria	(16.500)	(16.500)
	(51.303)	(40.820)

12.8 - Despesas de projetos

	2019	2018
Curso protec	(280.123)	(329.178)
Centro de qualidade de vida	(34.137)	-
	(314.260)	(329.178)

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referentes aos serviços necessários para o funcionamento dos projetos durante o exercício de 2019.



12.9 - Despesas de serviços de comunicação

	2019	2018
Internet	(112)	(71)
Despesas postais e telégrafos	(1.093)	(1.000)
Tarifa de telefonia	(1.933)	(2.428)
	(3.138)	(3.499)

Nessas rubricas estão evidenciados os valores pagos referente aos serviços necessários para a manutenção da Fundação durante o exercício de 2019.

12.10 - Despesas tributárias

	2018	2017
Impostos e taxas municipais	(1.524)	(1.533)
Impostos e taxas estaduais	(1.149)	(1.298)
	(2.673)	(2.831)

12.11 - Depreciação

	2019	2018
Móveis e utensílios	(277)	(762)
Máquinas e equipamentos	(884)	(1.052)
Equipamentos de informática	(1.356)	(2.438)
Instalações	(5.760)	(5.760)
	(8.277)	(10.012)

12.12 - Despesas apoio administrativas

	2019	2018
Aluguel de imóvel	(17.422)	(12.100)
Tarifa de energia elétrica	(8.120)	(7.603)
Materiais	(1.895)	(2.185)
Pedágios	(67)	(124)
Publicações técnicas	(4.323)	(2.882)
Combustível e lubrificantes	(1.970)	(1.345)
Seguros	(1.938)	(1.923)
Contrato de manutenção	(17.307)	(13.885)
Serviços de pessoas jurídicas	(15.659)	(9.464)
Deslocamento com veículo próprio	-	(27)
Assinatura e anuidade	(396)	(481)
Cartório - despesas legais	(2.544)	(1.424)
Peças e reposição de veículo próprio	-	(35)
Convênios encerrados	(107)	(2.521)
Exame médico - funcionários	(34)	(172)
Estacionamento	(120)	(39)
Publicações	(255)	(193)
Condomínio	(6.647)	(6.361)
	(78.804)	(62.763)

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referente aos serviços necessários para a manutenção da Fundação durante o exercício de 2019.



12.13 - Despesas parcerias - Campus Macaé

	2019	2018
Serviços de pessoa jurídica	(4.400)	(5.329)
Custos operacionais	(1.056)	(800)
Material de uso e consumo	(170)	-
	(5.626)	(6.129)

12.14 - Despesas parcerias – Reitoria

	2019	2018
Serviço pessoa jurídica	(191)	(530)
Custos operacionais	(178)	(274)
Material permanente	-	(1.885)
	(369)	(2.689)

13 – Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Remuneração do capital próprio	169	836
Receita financeira	1.317	1.470
	1.486	2.307
Despesas financeiras gestora		
Despesas bancárias	(1.062)	(2.049)
Juros e multas	(281)	(606)
IRRF s/ aplicações financeiras	(298)	-
	(1.641)	(2.655)
Resultado financeiro líquido	(155)	(349)

14- Cobertura de seguros

Relacionamos abaixo as despesas referentes aos seguros contratados pela Fundação para atender as medidas preventivas adotadas no exercício de 2019.

	2019
Seguros de veículos	(1.492)
Seguros de funcionários e estagiários	(446)
	(1.938)

15 - Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houveram sido instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Entidade é associação privada, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários a alíquota de 1%.



Quanto a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade.

15.1 - Isenções tributárias auferidas pela entidade pelo regime de lucro presumido

a) Isenção IRPJ sobre receitas auferidas

Receita Bruta	839.953
% presunção da atividade	32%
Lucro presumido	268.785
Receita financeira	1.486
Base de cálculo	270.271
IRPJ - alíquota 15%	40.541
Adicional de IRPJ (10%)	-
IRPJ isento	40.541

b) Isenção CSLL sobre receitas auferidas

Receita Bruta	839.953
% presunção da atividade	32%
Lucro presumido	268.785
Receita financeira	1.486
Base de cálculo	270.271
CSLL - alíquota 9%	24.324
CSLL isenta	24.324

c) Isenção de COFINS

	COFINS			Total
	Valor	3%	4%	
Receita Bruta	839.953	25.199	-	25.199
Receita financeira	1.486	-	59	59
	841.439	25.199	59	25.258

d) Total de isenções

Receita bruta	IRPJ	CSLL	COFINS	Total
839.953	37.588	22.553	23.413	83.554

16 – Contingências

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Fundação, participa como réu, do processo em andamento, com possível obtenção de êxito, no montante de **R\$ 1.140.068**, tendo como autor o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ:

Nº processo	Ano	Ação	Réu	Autor	Advogado	Avaliação	Valor da ação (R\$)
TCE 237.249-1/06	2006	Prestação de contas junto ao TCE	Prefeito de Campos, Município de Campos e Pro-Iff.	TCE - RJ	Dr. Marcus Filgueiras Jr.	Vinicius Êxito provável	1.140.068



17 - Aspectos operacionais e Contábeis

A Fundação possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

A Fundação mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Fundação conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial.

A Fundação cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.

A Fundação elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade e pelo Ministério Público Estadual.

18 – Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente à data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras da Fundação que possa influenciar nestas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2019.